

Registros de armas têm queda de quase 60% no Estado em 2023

Registro de novas armas cai quase 60% no RS em 2023

ANDERSON AIRES
anderson.aires@zerohora.com.br

Com a mudança na pauta armamentista na virada do governo de Jair Bolsonaro para o de Luiz Inácio Lula da Silva, o número de registros de armas no Rio Grande do Sul entrou em queda livre. O cadastro de novas armas na categoria cidadão recuou 59,53% em 2023 ante o ano anterior. Além disso, apresentou o menor patamar desde 2014. Os dados são da Polícia Federal (PF).

A volta de políticas restritivas é a principal explicação para esse movimento, segundo especialistas. O tema gera visões divergentes. Enquanto parte dos analistas defende que o aperto no processo aumenta a insegurança, outra parcela afirma que a alteração é uma política mais responsável.

Em 2023, foi anotado o registro de 5.396 novas armas – 7.937 a menos do que o montante observado em 2022. No país, o movimento é parecido, mas a queda é maior, com retração de 82% na comparação entre os dois anos.

O chefe da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos da PF no Estado, Cicero Costa Aguiar, atribui a queda a mudanças nos critérios para acesso a armas no país. Atualmente, é necessário comprovar a efetiva necessidade para adquirir o armamento. Além de diminuir o número de aprovações, a alteração na regra afasta da tentativa candidatos que não se encaixam nas regras, segundo Aguiar:

– A pessoa que quer uma arma tem um limite, vai conseguir no máximo duas armas. E para adquirir está mais difícil porque tem que comprovar a necessidade.

Estado ainda lidera ranking

Apesar da queda em 2023, o RS segue liderando com folga o ranking nacional de registros de armas. Após o Estado, Espírito Santo (3.897) e Goiás (1.456) completam a parte de cima da lista.

O chefe da Delegacia de Controle de Armas da PF no Estado observa que é difícil achar motivos mais técnicos para explicar esse cenário. Aguiar afirma que questões culturais são alguns dos fatores que podem ajudar a entender a colocação do RS:

O delegado afirma que o cenário mais restrito também afetou o trabalho da PF no Estado. O setor responsável pelo processo relatou uma diminuição no ritmo de requerimentos no último ano.

Avaliações

O pesquisador em Segurança Pública e coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (Cepedes), Fabricio Rebelo, critica a política restritiva do atual governo. Rebelo avalia como ilegal as mudanças promovidas, porque transfere a comprovação de efetiva necessidade – um critério que era exclusivo para o porte – a posse de arma.

– Isso vai reforçar a sensação de fragilização da sociedade, porque as armas que são tiradas de circulação no mercado legal são exclusivamente aquelas armas utilizadas para defesa pessoal. As armas dos criminosos continuam sendo por eles acessadas livremente – argumenta.

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, sociólogo, professor da Escola de Direito da PUCRS e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também atribui a redução nos cadastros à reversão das políticas de flexibilização do governo anterior. Para ele a retração nos registros é positiva. Além de diminuir casos de tiros em situações domésticas, acidentes e de briga, o maior controle do armamento tem efeito positivo na segurança, segundo Azevedo.

– A ideia do estatuto do desarmamento lá no início era que, com o controle maior, fosse restringindo cada vez mais as possibilidades do acesso ilegal a esse armamento – observa.

– Conversando com colegas e por morar aqui, vejo que existe uma questão mais cultural. O cidadão gaúcho culturalmente tem o costume de querer ter a arma. Pessoa que mora em zona rural também busca muito a posse da arma para se defender – diz Aguiar.

Os números

Dado leva em conta apenas registros feitos na categoria cidadão

ÚLTIMOS ANOS

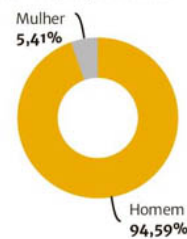
Número de novos registros apresentou guinada em um passado recente, mas caiu no ano passado com a mudança no governo federal



RADIOGRAFIA DE 2023

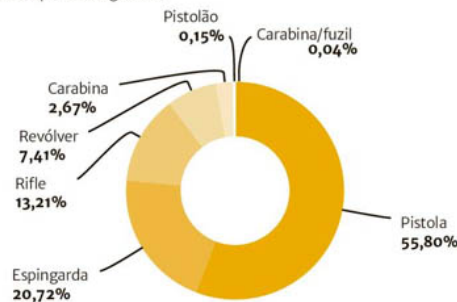
Distribuição por sexo

Homens seguem liderando na aquisição de armas



POR ESPÉCIE DE ARMA

Pistola é o tipo mais registrado



OBS: os gráficos não guardam proporção entre si
Fonte: Polícia Federal

Autorização para CACs

• O Exército vai voltar a emitir neste mês as autorizações para novos Caçadores, Atiradores esportivos e Colecionadores de armas (CACs), suspensas pelo governo Lula desde janeiro de 2023.

• Mas há mudanças. Uma das principais é o prazo de validade dos Certificados de Registro. Na gestão Bolsonaro, o prazo era de 10 anos. Agora, os documentos precisarão ser renovados a cada três.

GZH
Mapa mostra os novos registros de armas por Estado: gzh.rs/armasest

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 19